

Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015

PRESENTE NA SESSÃO
ORDINÁRIA

25 ABR. 2016

DELIBERAÇÃO

*Deliberado
aprovar*

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

05 ABR. 2016

DELIBERAÇÃO:

*Deliberado repetir a
AS. Municipal para
apreciação*

Análise Económico-financeira

Dezembro 2015

Índice

1. Introdução	3
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial	4
2.1. Análise Patrimonial.....	4
2.1.1 Análise da evolução do Activo	5
2.1.2 Análise da evolução dos Fundos Próprios e Passivo	6
2.1.2.1 Fundos Próprios.....	6
2.1.2.2 Passivo.....	7
2.2. Análise Económico-financeira.....	8
2.2.1 Análise Económica	8
A. Evolução dos Proveitos	8
B. Evolução de Custos	9
C. Evolução de Resultados	10
2.2.2 Análise Financeira.....	11
2.3. Análise à Execução Orçamental	12
2.3.1 Controlo Orçamental da Receita	13
2.3.2 Controlo Orçamental da Despesa	16
2.4. Limite de Endividamento	18

05 ABR. 2013

DELIBERAÇÃO:



Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro**, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Vimioso, com referência a 31 de Dezembro de 2015.

1. Introdução

A análise económico-financeira foi elaborada após a auditoria às contas e tendo por base o respetivo balancete reportado a 31.12.2015.

Para efeitos da **análise da situação e evolução patrimonial** (análise financeira ou de Balanço) e da **evolução dos Resultados** (análise económica ou de Resultados) comparamos os dados reportados a 31 de Dezembro de 2015 com os reportados a 31 de Dezembro de 2014.

A análise que se segue foi preparada com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Município elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.

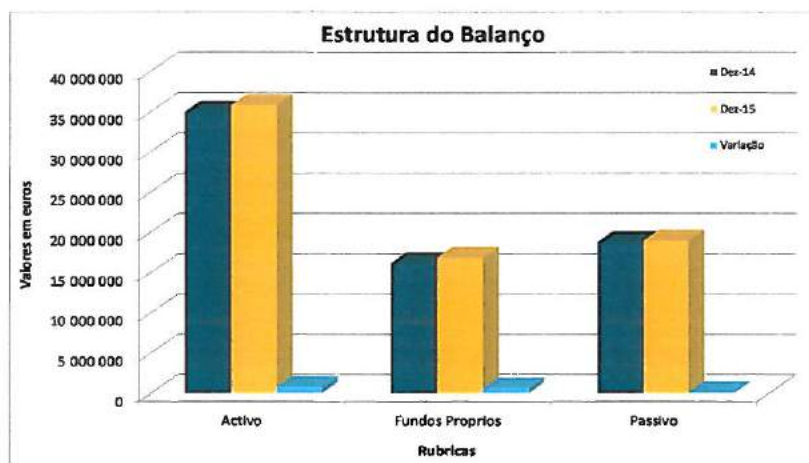
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial

2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2014 a estrutura patrimonial do Município é, à data de 31 de Dezembro de 2015, a seguinte:

Evolução da Estrutura do Balanço

Rubricas	31.12.15	31.12.14	Variação Abs.	%
<u>Activo Total</u>	35 800 054	34 991 983	808 071	2%
<u>Passivo</u>	18 942 231	18 776 803	165 428	1%
<u>Fundos Proprios</u>	16 857 823	16 215 180	642 643	4%



Comparativamente a 31.12.2014, a situação patrimonial do Município evoluiu favoravelmente, registando:

- ❖ Aumento de 2% do activo total liquido, cerca de 808 m€ do activo total
- ❖ Aumento de 1% do passivo que evoluiu de 18,776 milhões de euros para 18,942 milhões de euros
- ❖ Aumento dos Fundos Próprios, em cerca de 4%, aproximadamente 642 m€

2.1.1. Análise da evolução do Ativo

Comparativamente a 31.12.2014, o Ativo apresenta a seguinte evolução:

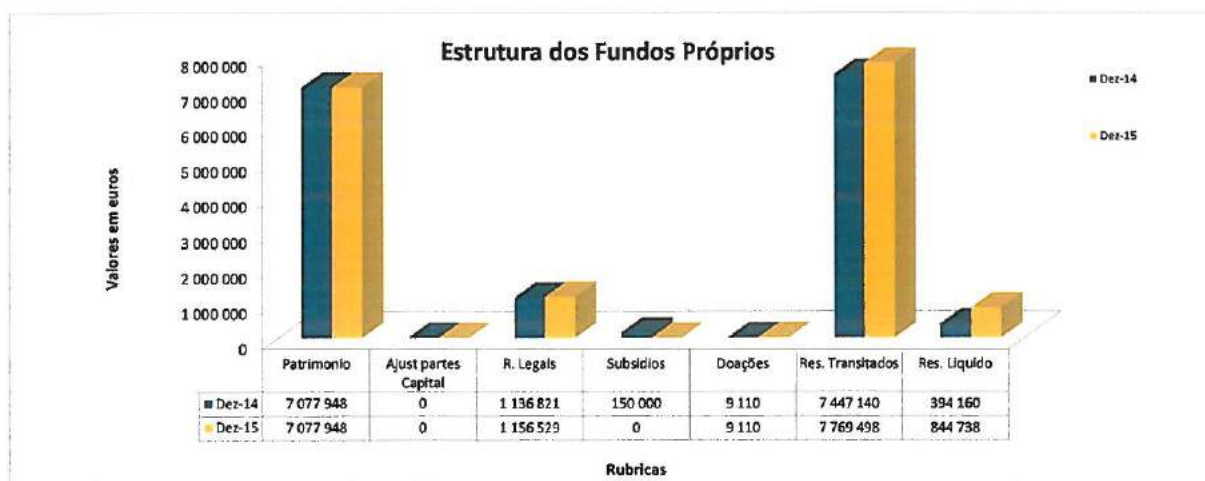


- i. O Ativo Líquido em 31 de Dezembro de 2015 é de 35,8 milhões de euros contra 34,99 M€ em 31.12.2014. A variação foi positiva de 2,3%, ou seja de 808 m€;
- ii. O Aumento registada no Ativo Líquido justifica-se:
 - a) Pelo aumento de 89% na rubrica de Outros Devedores, num total de cerca de 262 m€. Esta rubrica representa, em 31.12.2015, 2% do Total do ativo Líquido, e regista sobretudo valores a receber de Subsídios atribuídos pela Agência de Coesão e Desenvolvimento;
 - b) Pelo aumento de 403 m€ registado em "Depósitos em instituições financeiras e Caixa", que representa em 31 de Dezembro de 2015 cerca de 6% do ativo Líquido total.

A rubrica mais representativa do ativo continua a ser o do imobilizado, ocupando 92% do total do activo.

2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

2.1.2.1 - Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição:



Face a Dezembro de 2014, os Fundos Próprios registaram:

- a variação decorrente do resultado líquido alcançado no período, no valor de 844.738 €;
- a variação nos resultados transitados decorrente da regularização do valor dos Subsídios e da própria aplicação do resultado líquido de 2014;
- a diminuição da rubrica de subsídios por contrapartida de proveitos diferidos, em virtude da nova classificação do bem que lhe estava subjacente, que passou a ser amortizado em 2015.

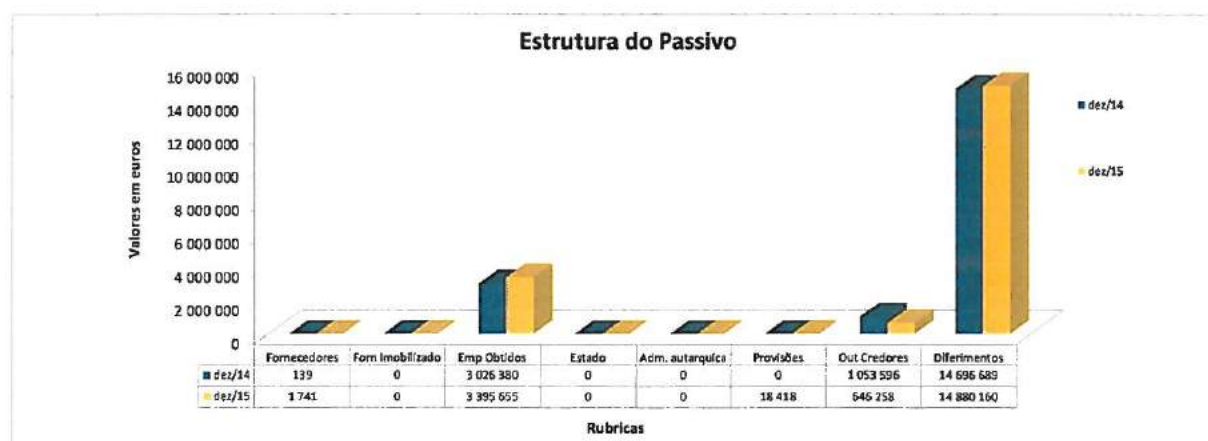
Em 31 de Dezembro de 2015 cerca de 47% do total dos ativos do Município mostram-se financiados por Fundos Próprios.

Considerando que:

- a) os fundos permanentes (Fundos próprios e capitais alheios de MLP) acrescidos dos Proveitos Diferidos (subsídios), representam 97% do total ativo e,
- b) os investimentos de carácter permanente (ativo imobilizado líquido) representam 92% do total do ativo,

conclui-se pelo equilíbrio financeiro do Município (os ativos fixos não são financiados por capitais alheios de curto prazo).

2.1.2.2 - Comparativamente a Dezembro de 2014, o **Passivo** apresenta, em 31.12.2015, a seguinte evolução:



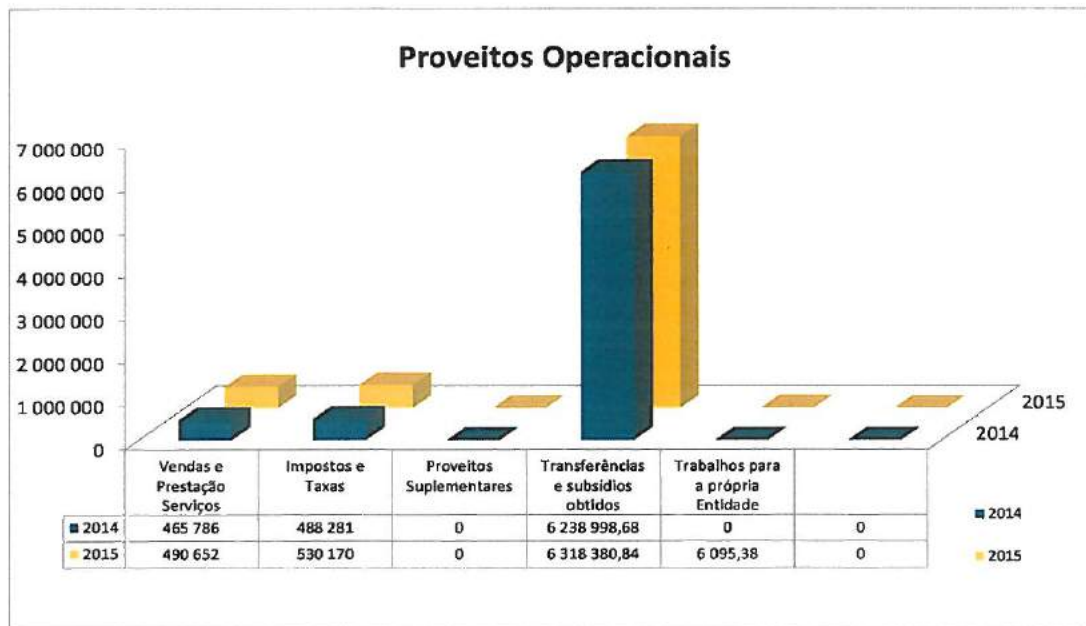
- i. O Passivo Total, regista um acréscimo de, aproximadamente, 1% face a 31 de Dezembro de 2014 (165.428 euros);
- ii. A rubrica de Empréstimos Obtidos registou um aumento de cerca de 12%, aproximadamente 369 m€. Este aumento resulta da contratação em 2015 de um empréstimo junto do Banco Santander, no montante de 662.579€, compensado pelas amortizações efetuadas de empréstimos anteriormente contratados. Em 31 de Dezembro de 2015, o peso desta rubrica no total do Passivo aumentou, passando de 16% (Dezembro 2014) para 18%;
- iii. A diminuição registada em Outros Credores foi de 39% (407 m€), representando 3% do Passivo Total (6% em 2014). A diminuição registada nesta rubrica resulta sobretudo da diminuição do saldo relativo á participação no FAM – Fundo de Apoio Municipal.
- iv. A rubrica de Diferimentos registou um aumento de aproximadamente 183m €, relacionada sobretudo com o aumento dos subsídios ao investimento.

2.2. – Análise económico-financeira

2.2.1. – Análise Económica

Comparando a demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2015 com a do período homólogo de 2014, concluímos o seguinte:

A. Evolução dos Proveitos Operacionais



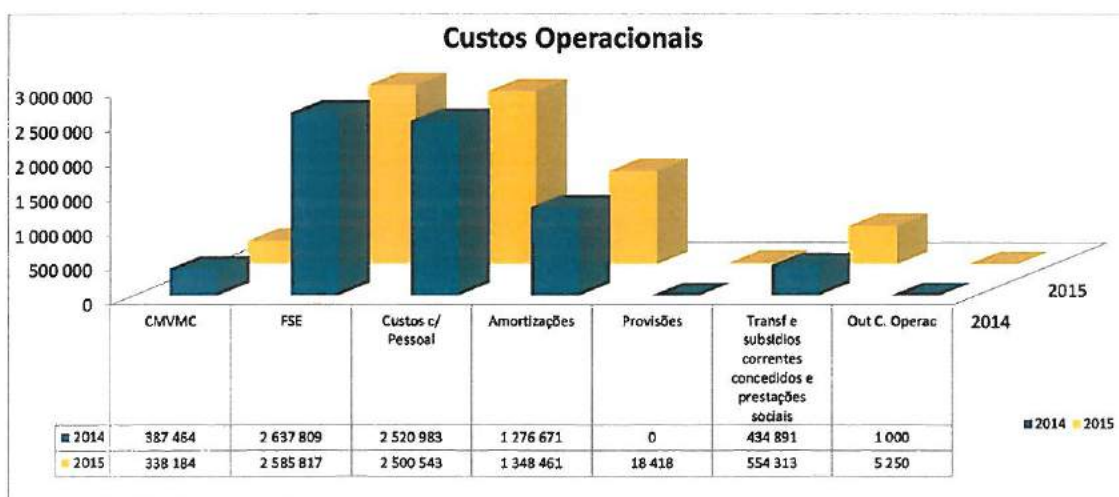
- i. Comparativamente ao exercício anterior, o Município registou um aumento, de cerca de 2%, nos seus Proveitos Operacionais, o que em termos absolutos corresponde a 152 m€.
- ii. A rubrica de “Transferências e subsídios obtidos” registou um aumento de 79 m€ face ao período homólogo de 2014, resultante do aumento das transferências recebidas do Fundo Social Municipal, Fundo de Equilíbrio Financeiro e da participação fixa na receita do IRS. Este aumento encontra-se atenuado pelo facto de exercício de 2015 o valor da renda de concessão da EDP, no montante de

aproximadamente 200 m€, ter sido reclassificada para a rubrica de Proveitos e Ganhos Financeiros.

- iii. As “Vendas e Prestações de Serviços” registaram aumento de 24 m€ (5%) e as receitas obtidas com “Impostos e Taxas” aumentaram cerca de 41m€, ou seja, 8,6%.

B. Evolução de Custos

Os custos operacionais apresentam em 31 de Dezembro de 2015, face ao período homólogo do ano anterior, o seguinte comportamento:



- i. O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) diminuiu 13%, cerca de 49m €. O seu peso face ao Total dos Custos Operacionais é de 5%, valor semelhante ao verificado no período homólogo de 2014.
- ii. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram uma diminuição de 2%, que, em termos absolutos, representa cerca de 51 m€. O seu peso é de 35% na estrutura dos Custos Operacionais.
- iii. A rubrica de “Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais” aumentou em 119 m€, cerca de 27%, face ao período homólogo do ano anterior. O aumento resulta da reclassificação em 2015 de custos relativos a

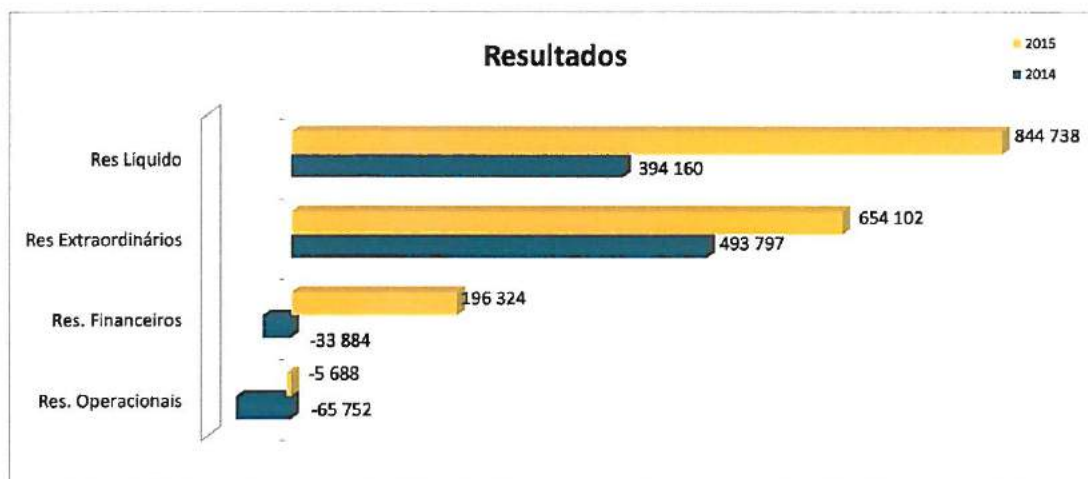
Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015

Bolsas de Estágios do PEPAL e Programas Ocupacionais, que anteriormente eram registados nas rubricas de Custos com Pessoal e FSE.

- iv. Os Custos com Pessoal registaram uma diminuição de 1%, cerca de 20 m€, face ao período homólogo de 2015, apesar da reposição parcial (20%) do corte de Salários anteriormente em vigor. Esta rubrica representa cerca de 34% do total dos Custos Operacionais.
- v. As Amortizações do Exercício aumentaram cerca de 71 m€, face ao período homólogo de 2014.
- vi. No exercício de 2015 foi registada uma provisão para riscos e encargos no montante de 18.418€.

C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



O Resultado Operacional regista, no exercício de 2015, um aumento de cerca de 60 m€, face ao período homólogo de 2014, resultante sobretudo do aumento das Transferências Correntes Obtidas.

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015

O Resultado Financeiro, apresenta-se positivo no montante de 196 m€. Este facto resulta da alteração no registo contabilístico efetuado relativamente às rendas de concessão da EDP, que em 2015 passaram a ser registadas na rubrica de Proveitos Financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Resultado Extraordinário, apresenta-se positivo em 654 m€, e regista um aumento de 160 m€, face ao período homólogo de 2014.

O comportamento das diversas rubricas de resultados traduziu-se num aumento do Resultado Líquido, face a 31 de Dezembro de 2014, no valor de 450 m€, fixando-se em 844.738 €.

2.2.2. – Análise Financeira

Rácios	Fórmula de Cálculo	dez/15	dez/14
Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	246%	134%
Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	244%	132%
Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	182%	105%
Endividamento	Passivo / Activo	53%	54%
Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	6%	9%
Autonomia financeira	Fundos Proprios / Activo	47%	46%
Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes	(Fundos Próprios + Dividas a terceiros de MLP) / Imobilizado Líquido	61%	59%

Os rácios de liquidez geral e reduzida revelam que o Activo Circulante evoluiu favoravelmente entre as duas datas em análise, apresentando-se assim suficiente, em 31.12.15, para financiar integralmente o Passivo Circulante.

O rácio de liquidez imediata revela que o total de Disponibilidades assegura a cobertura integral das responsabilidades de curto prazo.

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015

O rácio de Autonomia Financeira revela que o Total do Activo é financiado em cerca de 47% por capitais próprios, indicador que registou uma melhoria de 1 ponto percentual face a Dezembro de 2014 (46%).

De acordo com o rácio de Estrutura de endividamento, 6% do Passivo é de curto prazo. Este indicador era de 9% em 31.12.2014.

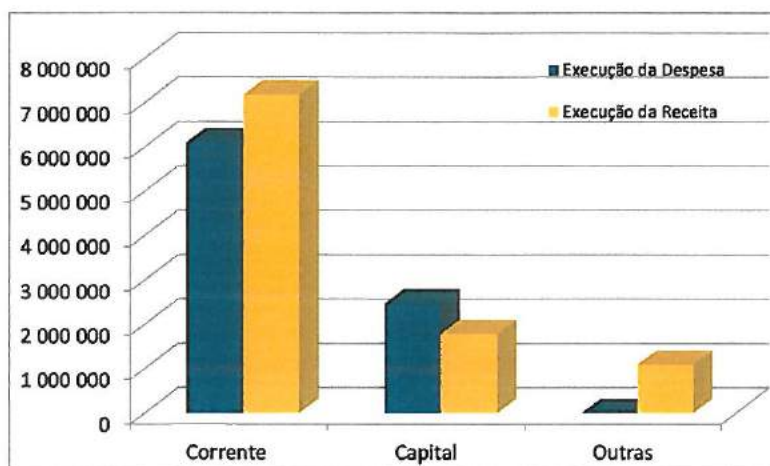
O rácio de Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes representa em 31.12.15 cerca de 61%, revelando que o investimento fixo se encontra financiado parcialmente por Passivo Corrente.

2.3 – Análise à Execução Orçamental

À data de 31.12.15, a execução orçamental era a seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita	
	Euro	%	Euro	%
Corrente	6 105 064	83,33%	7 177 340	94,10%
Capital	2 466 657	65,33%	1 783 362	74,68%
Outras			1 086 133	100,00%
Total	8 571 721	154,42%	10 046 836	180,99%

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015



O grau de execução Orçamental mostra-se positivo, em 31 de dezembro de 2015, dado que a execução da Despesa se apresenta inferior à execução da Receita.

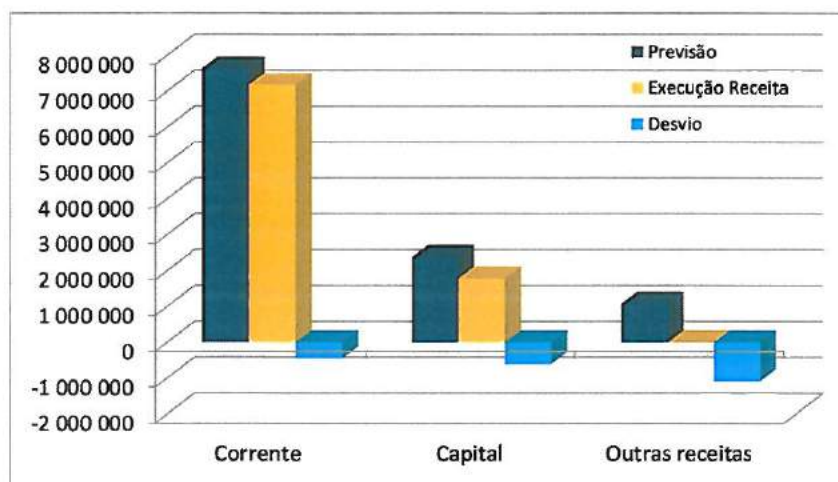
O Município cumpre o princípio orçamental de equilíbrio já que a Receita Corrente cobre a totalidade da Despesa Corrente mais as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

2.3.1 – Controlo Orçamental da Receita

A execução da Receita apresenta, em 31.12.15, um desvio de 1,05 M€ face ao valor previsto, consequência do menor grau de execução verificado. A execução da Receita de Capital foi apenas de 74,68%, enquanto a execução da Receita Corrente se fixou em 94%.

	Previsão	Execução Receita	Desvio	Execução %
Corrente	7 627 606	7 177 340	-450 266	94,10%
Capital	2 388 080	1 783 362	-604 718	74,68%
Outras receitas	1 086 133	1 086 133	0	100,00%
Total	11 101 819,04	10 046 835,56	-1 054 983,48	90,50%

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015



Por rubrica de Receita, os desvios verificados em 31 de Dezembro de 2015 e consequentes execuções orçamentais foram os seguintes:

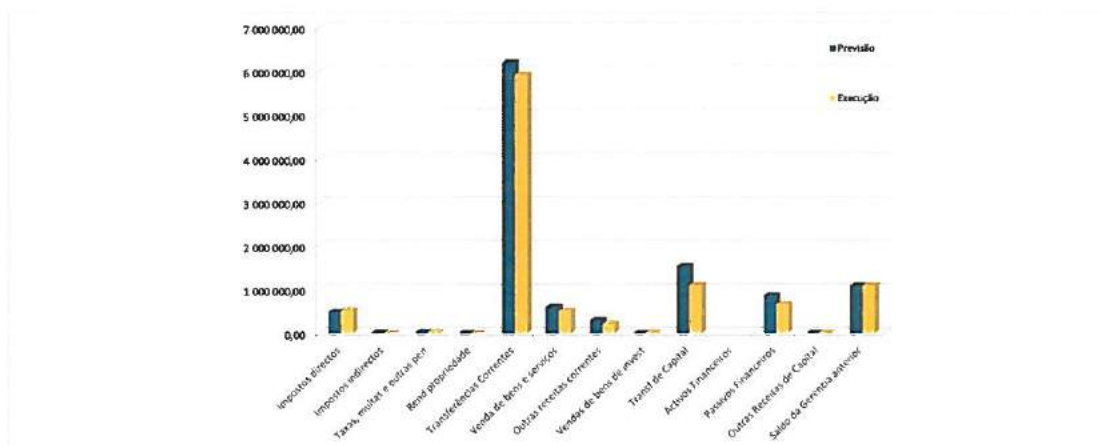
Designação	Previsão	Execução Receita	Desvio	Execução %
Impostos directos	488 400,00	513 588,12	25 188,12	105,16%
Impostos indirectos	14 000,00	7 675,90	-6 324,10	54,83%
Taxas, multa e outras penalidades	22 100,00	24 363,94	2 263,94	110,24%
Rendimentos de propriedade	2 000,00	1 786,89	-213,11	89,34%
Transferências Correntes	6 204 406,00	5 912 491,43	-291 914,57	95,30%
Venda de bens e serviços	601 900,00	508 301,09	-93 598,91	84,45%
Outras receitas correntes	294 800,00	209 133,07	-85 666,93	70,94%
Total de receitas correntes	7 627 606,00	7 177 340,44	-450 265,56	94,10%
Vendas de bens de investimento	500,00	17 000,00	16 500,00	3400,00%
Transferências de Capital	1 528 480,00	1 096 356,03	-432 123,97	71,73%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	-
Passivos Financeiros	858 600,00	662 578,89	-196 021,11	77,17%
Outras Receitas de Capital	500,00	7 427,16	6 927,16	1485,43%
Total de receitas capital	2 388 080,00	1 783 362,08	-604 717,92	74,68%
Saldo da gerência anterior	1 086 133,04	1 086 133,04	0,00	100,00%
Total de outras receitas	1 086 133,04	1 086 133,04	0,00	100,00%
Total	11 101 819,04	10 046 835,56	-1 054 983,48	90,50%

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015

Nas receitas Correntes, apenas as rubricas de “Impostos Diretos” e “Taxas, Multas e Outras Penalidades” registaram um grau de execução acima do previsto. Relativamente às receitas de Transferências Correntes, as mesmas apresentam um desvio de 291 m€ face ao previsto, sendo a rubrica com o maior desvio negativo em termos absolutos.

Relativamente às receitas de Capital, a baixa percentagem de execução das rubricas de “Transferências de Capital” determinou o menor grau de execução apurado no final do período em análise.

O comportamento gráfico é o seguinte:



Rácios de Estrutura (Receita Líquida):

Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	dez/14	dez/15
Impostos Municipais / Total de Receitas	5%	5%
Venda de bens de Investimento / Total de Receitas	0%	0%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	22%	24%
Total das Transferências / Total das Receitas	78%	70%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	7%

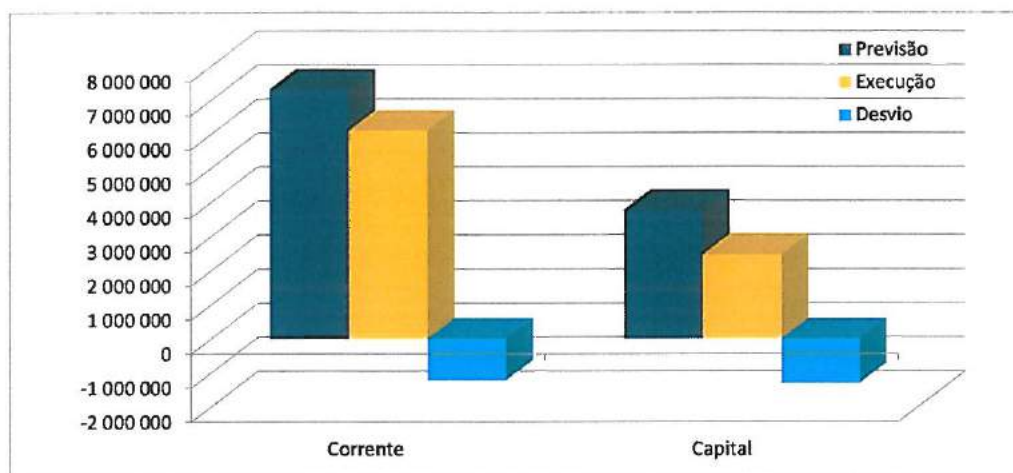
2.3.2 – Controlo Orçamental da Despesa

A execução orçamental do Total das Despesas foi de 77,21%, tendo-se apurado um desvio de 2,5 M€.

O nível de execução das Despesas de Capital foi de 65%, enquanto o da execução das Despesas Correntes foi de 83%, tal como pode ser observado no seguinte quadro:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	7 326 169	6 105 064	-1 221 105	83,33%
Capital	3 775 650	2 466 657	-1 308 993	65,33%
Total	11 101 819,04	8 571 720,86	-2 530 098,18	77,21%

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios evidenciam-se do modo seguinte:



Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015

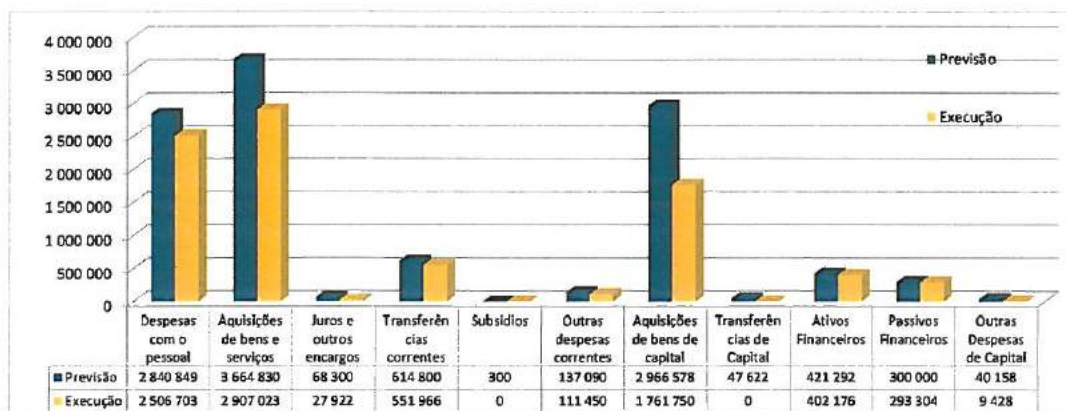
Por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental e correspondentes desvios foram os seguintes:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	2 840 849	2 506 703	-334 146	88,24%
Aquisições de bens e serviços	3 664 830	2 907 023	-757 807	79,32%
Juros e outros encargos	68 300	27 922	-40 378	40,88%
Transferências correntes	614 800	551 966	-62 834	89,78%
Subsídios	300	0	-300	0,00%
Outras despesas correntes	137 090	111 450	-25 640	81,30%
Total Despesas Correntes	7 326 169,00	6 105 063,63	-1 221 105,37	83,33%
Aquisições de bens de capital	2 966 578	1 761 750	-1 204 828	59,39%
Transferências de Capital	47 622	0	-47 622	0,00%
Ativos Financeiros	421 292	402 176	-19 116	95,46%
Passivos Financeiros	300 000	293 304	-6 696	97,77%
Outras Despesas de Capital	40 158	9 428	-30 730	23,48%
Total Despesas de Capital	3 775 650,04	2 466 657,23	-1 308 992,81	65,33%

O grau de execução abaixo dos valores orçamentados regista-se sobretudo ao nível da rubrica de "Aquisições de Bens de Capital", apresentando, no entanto, percentagens de execução orçamental mais elevadas nas rubricas de "Transferências Correntes" e "Despesas com Pessoal" (Despesas Correntes) e "Ativos Financeiros" e Passivos Financeiros (Despesas de Capital).

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015



Rácios de Estrutura (Despesa executada):

Rácios da Despesa	dez/14	dez/15
Transferências correntes / Total das Despesas	5%	6%
Transferências de Capital / Total das Despesas	1%	5%
Despesa Corrente / Total das Despesas	72%	71%
Despesas de Capital / Total das Despesas	28%	29%
Total do Investimento / Total das Despesas	22%	21%

2.4 – Limite de Endividamento

A lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece no art.º 52.º que o limite da dívida total das autarquias, “não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.¹

¹ Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro:

Artigo 52.º - Limite da dívida total

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º I do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

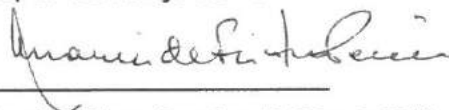
Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2015

Procedemos ao cálculo dos limites de endividamento (líquido e Médio e longo prazo), à data de 31 de Dezembro de 2015, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)

	Descrição	Montante
A - Passivos (empésticos, contratos de locação financeira e outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.)	- Empréstimos Bancários (1)	3 385 655
	- Contratos de Leasing	0
	- Dívidas a Fornecedores	1 741
	- Dívidas a Fornecedores Inabilitado	0
	- Dívidas a EOEIP	0
	- Dívidas a Outros Credores	0
	Soma dos Passivos	3 387 395
C - Endividamento líquido do Município		3 387 395
D - Endividamento líquido e os empréstimos das associações dos Municípios proporcional à participação do município no seu capital social	Associação de Municípios Terra Firme Nordeste Transmontano	350
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	288
	Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes	15
Sub-Total 2		654
E - Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do Município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local)	Vimioso 2003, EM	6 000
	.	
	.	
Sub-Total 3		6 000
F - Endividamento líquido total		3 404 049
G - Limite da Dívida Total (n.º 1, art. 52.º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro)	Valor apurado pela DGAL	9 217 452
H - Limite da Dívida Municipal (n.º 3, art. 52.º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro em conjugação com art. 98.º OE2015)	Dívida Total Final 31.12.14	3 075 114
	Aumento permitido pelo OE 2014	1 228 488
	Limite Dívida total permitida no final de 2014	4 303 582
I - Capacidade líquida de Endividamento	Situação do Município face ao limite da dívida total	889 533

Porto, 17 de Março de 2016



Maria de Fátima Pereira (ROC n.º 835)

Em representação de

Fátima Pereira & Carlos Duarte,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas